

Teresa Campos Coelho

Lisboa, a cidade “d’escrita”

Escreveu Augusto de Castro em 1928, no prólogo do seu livro *As Cidades e as Mulheres*: **“A alma das cidades é sempre uma alma feminina (...). Simplesmente as cidades, como as mulheres, só se dão, não àqueles que as amam – mas àqueles que as sabem amar. E como acontece no capricho eterno dos amores humanos, entre as cidades como entre as mulheres, as mais belas não são as mais amadas”**¹. Terá sido assim, com Lisboa? Tentaremos dar uma ideia como Lisboa se via a si própria e era vista (e amada) por aqueles que a visitavam, ao longo de todo o século XVII e primeira metade do século XVIII. Utilizando as descrições que julgamos mais representativas então feitas sobre a cidade (não caberia, no âmbito desta comunicação, fazer uma análise exaustiva de todas elas) ilustradas, em parte, pela iconografia e com o que se salvou do grande sismo, tentaremos comparar a *cidade descrita e representada com a cidade efectivamente construída*.

Embora tenha como título Lisboa Barroca, não podemos deixar de recuar o seu espaço cronológico a finais de quinhentos, de modo a compreendermos um pouco melhor os antecedentes dessa mesma cidade barroca. Propomos, assim, para limites cronológicos, a descrição dada em 1571 por Francisco da Holanda em *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa* (a qual, ainda que repetindo uma ideia comum à maioria das descrições dela feitas a partir dos descobrimentos – fundação mítica, dotada de excelentes qualidades naturais, das quais se salienta o seu porto aberto à navegação – representa, na nossa opinião, a primeira grande crítica *urbana* da cidade), e o grande terramoto de 1755, o qual mudaria de forma drástica a feição de Lisboa, dando origem a uma literatura descritiva também radicalmente diferente.

O século XVI traria consigo uma imagem da cidade que estaria já expressa, por exemplo, na obra *Descrição da Cidade de Lisboa* feita por Damião de Góis em 1554² – “Lisboa rainha dos Oceanos”, exaltada na sua relação com o rio (com paralelo apenas no binómio Sevilha/Guadalquivir), epíteto mais que justificado na epopeia da expansão, e para a qual os humanistas procurariam uma explicação mítica para a origem do nome e fundação, atribuída a Ulisses ou a Elisa³. Cidade de múltiplas virtudes (salubridade, abastecimento, defesa, riqueza das suas casas), seriam essas virtudes que iriam ser realçadas no discurso político da olisipografia de início de seiscentos, que reinvidicam Lisboa como capital de uma corte sem residência fixa.

Essas mesmas virtudes, em especial a sua magnífica implantação junto do estuário de um imenso rio (para cujas margens D. Manuel deslocaria o centro político e comercial da cidade), comporiam o essencial da iconografia que se conhece da Lisboa de quinhentos – perspectivas tiradas do Tejo, tendo em primeiro plano o Terreiro do Paço e toda a actividade comercial e urbana que se desenvolvia nos espaços anexos, e como cenário de fundo, para além de uma outra praça bastante concorrida (Rocio), um tecido urbano de topografia acidentada, composto por um emaranhado de vias e amontoado de casario, do qual se salientavam, intencionalmente, os edifícios mais importantes – imagem ainda hoje bem patente nos bairros de Alfama e Mouraria que integram a colina do Castelo de S. Jorge.

Em 1571 Francisco da Holanda apresenta ao Rei D. Sebastião, na já citada obra, a primeira grande crítica urbana a Lisboa, embora nunca abandonando algumas das características da tipologia das descrições de quinhentos. Mandado para Itália por D. João III em 1537 é o próprio Holanda que nos dá conta da sua missão⁴: **“Mas por não ser ingrato à gloriosa memória de El-rei vosso avô, que deus tem, que me mandou sendo eu moço a itália ver e desenhar as fortalezas e obras mais insignes e ilustres dela (como fiz), trazendo-lhas todas em desenho, com muito trabalho, cuidado e perigo meu, para o servir quando cumprisse: já que por culpa do tempo nunca se aproveitaram de mim, em muitas obras em que pudera servir este reino com o pequeno talento meu (...) considerando eu quão descomposta está Lisboa de fortaleza e quão desordenada do que lhe muito importa, sendo ela a cabeça deste reino, e a coroa dela Vossa Alteza, esforcei-me, dar para sua fortificação e ornamento, esta lembrança a Vossa Alteza, e a Lisboa, ou para se servir dela em o presente, ou para o tempo que está por vir”**⁵. Regressado de Roma em 1541 ou 1542, Holanda nela convivera com a elite artística de então (nomeadamente com Miguelangelo), observando as grandes transformações que a corte papal empreendia na principal cidade da cristandade, na qual se salientava a obra da Basílica de S. Pedro. Apesar de ciente das muitas diferenças entre Roma e Lisboa (que apesar dos esforços de D. Manuel e D. João III, mantinha muito da cidade medieval) tornava-se inevitável para Holanda a necessidade de reformulação da capital (não fora para isso que fora mandado a Itália?), na qual o artista salientava, para além da fragilidade da sua defesa, a necessidade de embelezamento dos lugares mais emblemáticos (Paços de Xabregas, Sacramento, Igreja de S. Sebastião cuja construção se iniciara, bem como o empreendimento de outras de maior utilidade pública – água, calçadas e pontes) As ilustrações por ele feitas correspondem, como tal, aos projectos que faltam à cidade e na gravura em que se apresenta a muralha que será necessário construir⁶, a representação perspectivada da cidade (contemporânea da gravura de Jorge Braunio – Fig. 1) passa para segundo plano, sendo uma mera ilustração que segue representações anteriores.



Figura 1 – Jorge Braunio, *Perspectiva de Lisboa* (1591)

Do conjunto de desenhos sobressai, pela sua inovação, a já célebre *Figura de Lisboa*⁷.

Representada como uma figura feminina emergente das águas, concilia uma tradição clássica (a personificação da cidade como uma figura feminina remonta à Antiguidade) com a simbologia cristã: semelhante a uma deusa da antiguidade (Vénus), coroada por ameias, enlaça nos seus braços a barca e os corvos, ícones medievais da cidade, símbolo da sua cristianização – a barca que transporta o corpo de S. Vicente. Mas esta figura está carregada, também, de uma outra simbólica que reivindica para a cidade as suas grandes qualidades: a figura feminina deixa transparecer uma *serenidade* que se quer estabelecer e reconhecer em Lisboa, e a barca por si embalada, representa o comércio e a navegação que o seu porto abriga – “Lisboa princesa do mundo”, nas contemporâneas palavras de Camões em os *Lusíadas*. A figura feminina apresenta algumas afinidades com outras figuras que Holanda desenhara já em 1545 no álbum *Aetatibus Mundi Imagines* (o que quanto a nós não foi inocente) como por exemplo, a maternal Eva, a próspera e magestosa rainha do Sabá, e a defensora Providentia – estampas XX, LX e XXI, respectivamente. Na fonte desenhada para Lisboa, encimando quatro elefantes asiáticos, o artista utilizaria de novo a mesma figura feminina, de cuja cabeça jorrava abundante água (o problema do abastecimento de água à cidade afligiu a população e monarcas desde tempos remotos, só vindo a ser solucionado com a construção do aqueduto, no reinado de D. João V).

Mas seria esta a imagem da cidade que tinham os estrangeiros que a visitavam? Em 1571 e 1580 Lisboa recebera a visita, respectivamente de Miguel Bonello (cardeal alexandrino) e dos cavaleiros Tron e Lippomani. Embora se manifestem quanto à falta de comodidade das ruas, sobressaem a beleza e magnificência da rua Nova, adornada de belos edifícios. Miguel Bonello ficaria admirado com a grande frequência de estrangeiros, e na descrição dos cavaleiros Tron e Lippomani, alude-se já ao que é uma das características da arquitectura manuelina: **“quanto à arquitectura são apenas edifícios muito grandes. Ornam-nos, porém, de tal modo que, na verdade, ficam magníficos”**⁸.

A imagem mítica de Lisboa, mulher plena de pujança, protectora, que abraça o comércio e a navegação, seria também amplamente utilizada nos discursos políticos e religiosos da primeira metade do século XVII, estando bem presente quer nos *Diálogos* de Luis Mendes de Vasconcelos que, em 1608, afirmava **“Mas eu que considero as excellentes qualidades do sítio de Lisboa, não posso deixar de a fazer cabeça de hum grande Império; porque não fez Deos em vão as suas qualidades, que para isso lhe deo”**⁹, quer nas festas que em 1622 os Jesuítas empreenderam de beatificação de S. Francisco Xavier e de Inácio de Loiola em Lisboa. Retomando, de certo modo, a iconografia de Holanda, o cortejo então realizado era composto por oito aplausos que seguiam um *prelúdio* que fazia a própria cidade¹⁰. Lisboa vinha acompanhada da alegria pública, da foca ou monstro marinho, do oceano, do Tejo e seus afluentes, dos reis e capitães que haviam favorecido a cidade (D. Manuel que a ilustrou, D. João I seu defensor, D. Fernando que a murou, D. Dinis que a ilustrou com ciências, D. Afonso Henriques seu conquistador, Júlio César que lhe deu o nome de Felicitas Julia, Ulisses que a reedificou, e Elisa, neta de Noé que a fundou), tendo junto a si a justiça, a religião, o comércio e a navegação: **“estremo de graça e riquezas, que para mostrar como em cento e vinte annos que tinha de senhorio da índia, sempre fora tesoureira e senhora de toda a riqueza Oriental, estendeu sobre si a mais fina pedraria do Oriente. O vestido superior era de tela branca. O faldam de tela azul com rosas de ouro, peito à romana de cetim azul espeguilhado de ouro: toucado arremetado com muralhas e torres douradas, insignia propria da cidade, tudo coberto com a pedraria, que temos dito. O cavallo e arreios diziam bem com a magestade da figura”**. O cortejo organizado pelos Jesuítas (e de que não ficou, infelizmente, nenhum registo gráfico) afirmava-se da máxima retórica e eficácia – por um lado, conciliava as divergências entre os humanistas quanto à origem de Lisboa, pois entre aqueles que a favoreceram seguiam Elisa e Ulisses, respectivamente fundadora e reedificador e, por outro, apelava e envolvia todos os sentidos dos seus espectadores, quer na expressividade da própria iconografia, quer através das flores e água perfumada que deitava sobre eles. (Não nos podemos esquecer que os Jesuítas eram mestres na retórica, representando

o principal papel na educação, agregando elites em Santo Antão-o-Novo, e só encontrando paralelo nos Oratorianos, no início de setecentos, sob protecção de D. João V).

No momento em que Filipe II visitava Portugal, período de grande explosão demográfica, reclamava-se para a cidade o estatuto de capital do reino (que perdera em 1580), agora composto pelas coroas portuguesa e castelhana. O domínio filipino fora já responsável pela mudança de feição da cidade: a par de uma expansão urbanística para norte e ocidente, a vinda de arquitectos como Terzi conferira-lhe uma imagem que tinha no Torreão do Paço da Ribeira e em S. Vicente de Fora as obras mais emblemáticas do poder régio e da própria cidade. A iconografia da época mostra já uma cidade mais ordenada, com maior aparato junto do Terreiro do Paço. O cuidado posto no seu melhoramento prendia-se, sem dúvida, com a sua privilegiada situação – no momento em que o eixo comercial se deslocava para o atlântico, o seu posicionamento geográfico tornava-a muito vantajosa para capital (intenção que nunca viria a materializar-se). Após a restauração, palácios, igrejas e conventos continuariam a assumir-se como elementos dinamizadores de todo o urbanismo, num momento político em que se define como prioritários a defesa da cidade (reformulação do seu sistema defensivo) e o ensino da arquitectura militar. No último quartel do século XVII, o fim das guerras da restauração iriam permitir que as atenções se virassem, de novo, para a necessidade de melhoramentos urbanos.

Neste período, os autores nacionais como D. Rodrigo da Cunha¹¹ e António Carvalho da Costa¹² continuam a realçar as vantajosas condições naturais de Lisboa. Também os estrangeiros continuam a falar das condições magníficas do rio e porto, descrevendo o Terreiro do Paço, Rocio e os edifícios mais importantes, dando, no entanto, uma visão mais caótica da forma como, internamente, se estruturava a cidade.

Em 16 de Setembro de 1687 aportava a Lisboa o peregrino italiano Domenico Laffi, que aqui ficaria até ao dia 19 do mesmo mês. Homem viajado (estivera em Jerusalém, e visitara já por três vezes Santiago de Compostela), viria a descrever a cidade em 1692 nos seguintes termos: **“Lisboa, cidade grande, metrópole do Reino de Portugal belíssima e rica, é, na opinião comum, a mais povoada cidade da cristandade se excluirmos Paris. É considerada por muitos, e com toda a razão, a oitava maravilha do mundo... As construções velhas valem pouco, os bairros são bonitos, mas muito estreitos e tortos. Os edifícios modernos, pelo contrário, são lindíssimos, vendo-se palácios e templos tão altos que parecem competir com as estrelas... a praça que está frente do palácio é das maiores e mais vastas que vi dentro e fora da Europa... demasiado longo seria descrever todos os palácios, igrejas e edifícios públicos de Lisboa... pois é preciso muito tempo para percorrê-la e maior inteligência para descrevê-la, porque, como diz o provérbio «quem não vê Lisboa, não vê coisa boa.»¹³**

Anunciava-se já aquela que viria a ser a imagem da cidade barroca: expandindo-se em todos os sentidos (e tendo como único limite o rio, a sul), os arredores adornavam-se de soberbas quintas, esboçando para o seu interior um melhor ordenamento urbano. A austeridade da arquitectura exterior era compensada com interiores ricamente adornados (azulejo, talha, tapeçaria). As festas e a arquitectura efémera animavam os espaços urbanos, revestindo a cidade de um maior esplendor, recorrendo a modelos da máxima erudição. Essa tentativa de maior ordenamento urbano seria reforçada, na primeira metade do século XVIII, por D. João V, dotando a cidade de algumas das infraestruturas há tanto reclamadas (atente-se na importância da construção do aqueduto), e de obras emblemáticas (como as Necessidades) recorrendo-se, uma vez mais, à vinda de inúmeros arquitectos do estrangeiro (sobretudo de Itália). Homens como Manuel da Maia e Carlos Mardel viriam a ser fundamentais neste período, bem como na reconstrução da cidade após o terramoto. A cidade vestia-se, no reinado joanino, de uma nova magestade, agora ao gosto barroco, seguindo exemplos de outras cortes europeias.

Neste período assumem especial importância, pela riqueza e colorido dos seus relatos, as descrições de Merveilleux (1723-26), Saussurre e a anónima *Descrição da cidade de Lisboa* (estas duas últimas datadas de 1730), descrições que não se ficam pelas qualidades do seu porto e rio, mas que nos revelam, também, alguns dos defeitos da cidade, bem como pormenores do quotidiano dos seus habitantes (relatos nem sempre muito abonatórios para os portugueses). Na *Descrição da cidade de Lisboa*, o seu autor conta-nos, por exemplo, como se divertia a população: **“Lisboa não possui nenhum passeio nem outros divertimentos a não ser uma má comédia espanhola. Os grandes e os fidalgos não obstante a sua má qualidade, frequentam muito este espectáculo e ao sair dali vão gastar o resto do dia a passear nos seus coches e cadeirinhas na Praça do Rossio, onde até à noite conversam uns com os outros sem saírem das suas carruagens”**. E prossegue descrevendo, noutra parte do seu relato **“A fidalguia não é rica e vive sem pompa. Veste-se à francesa e tem muito boas maneiras”**¹⁴. Indulgente com as portuguesas (formosas, bastante cheias, a pele branca, possuindo em geral lindíssimos olhos e muita vivacidade), o autor não é tão benéfico com os homens a quem chama mandriões e ociosos, o que atribui à excelência do clima e à doçura da vida. Esse mesmo clima tinha já sido por ele descrito: **“O clima de Lisboa é delicioso e chega a parecer que aqui se vive numa permanente primavera. O céu é belo, sempre sereno, e no verão o calor é temperado pelo vento nordeste que ali sopra quase sem interrupção. No estio pouco chove, mas a frescura das noites impede que a frutificação seja prejudicada pela seca”**¹⁵.

Merveilleux debruça-se sobre as novas obras que entretanto eram feitas no âmbito do programa de renovação urbana empreendido pelo Magnânimo: **“De dia para dia Lisboa ganha em beleza e**

possui habitações de agradável aspecto. Não obstante, Lisboa nunca será uma bela cidade enquanto não estiver limpa de imundices e dotada de lanternas para iluminação das ruas durante a noite... Entre as construções em curso enquanto estive em Lisboa, a do Conde de Tarouca era a que mais dava nas vistas”¹⁶. Referia-se, sem dúvida, ao Palácio que o Conde mandara construir à Cotovia, cujo plano inicial era da autoria do arquitecto régio João Antunes¹⁷.

Saussurre fala-nos, por exemplo, de como o impressionaram **“a beleza, a riqueza e a magnificência das igrejas de Lisboa. Nalgumas o ouro e a prata resplandecem por toda a parte. Decoram-nas uma infinidade de excelentes quadros, dos mais finos e preciosos mármore... Possui grande número de magníficos palácios que pertencem a fidalgos ou grandes de Portugal; são todos construídos de cantaria que é uma espécie de mármore bastardo, mas a maior parte tem gelosias que os desfeiam muito. Todos têm sacadas, algumas das quais são douradas, o que produz um óptimo efeito. A arquitectura de grande número destes palácios é do melhor gosto”**¹⁸.

Não menos curiosa é a descrição que, em 1738, Martinière nos dá da cidade no seu *Dicionário Geográfico* (do qual Manuel da Maia diz ter-se socorrido após o terramoto de 1755, para avaliar as reconstruções de Londres e Turim) e em que realça, entre outros, a riqueza da praça e do palácio real, situados sobre o rio, mencionando já o luxo dos coches portugueses.

O sismo de 1755 mudaria, drasticamente, não só a feição da cidade, mas também o tom destas descrições, dando origem a uma literatura que tem como centro a cidade destruída, o terramoto e as suas possíveis causas (acompanhada de uma iconografia nem sempre fidedigna), e que encontra nas comunidades estrangeiras residentes em Portugal, a sua maior expressão. Como Ratton escreveu nas suas *Recordações* **“O descampado daquele alto (Cotovia) dava lugar a descobrir-se a cidade por todos os lados, a qual, logo que foi noite, apresentou à vista o mais horrível espectáculo das chamas que a devoravaõ cujo claraõ allumeava, como se fosse dia, não só a mesma cidade, mas todos os seus contornos”**¹⁹. Mas como a história se faz também, com as rupturas, o terramoto traria consigo, para além da destruição da cidade barroca, o primeiro grande sistema de construção anti-sísmica, dotando a cidade de um eficiente plano urbano (Figs. 2 e 3), cuja ausência os estrangeiros tanto haviam criticado anteriormente, e que se revelaria uma das mais importantes intervenções iluministas de sempre. Stephen Tobriner, revela-nos bem a importância do sistema construtivo então utilizado: **“A gaiola é um sistema construtivo standardizado que incorpora uma quantidade de métodos inovadores, desenhados para ajudar a resistir e dissipar as forças sísmicas (...) Qualquer engenheiro moderno ficaria impressionado com esta tentativa de criar um sistema construtivo resistente aos sismos com origem nestes engenheiros do século XVIII”**²⁰.



Figura 2 – Excerto da planta pombalina de reconstrução da cidade, vendo-se a rosa o traçado anterior ao terramoto, e a amarelo, a nova proposta (meados do século XVIII)



Figura 3 – Vista da Praça do Comércio vendo-se, ao fundo, a Colina do Castelo

EM CONCLUSÃO

Enquanto os cronistas portugueses exaltam, nos seus relatos, as virtudes do clima e do seu porto, como principais qualidades da cidade para a qual reclamam, ao gosto dos humanistas, uma fundação mítica (Ulisses ou Elisa), num discurso que apresenta um novo vigor em período filipino reclamando para a cidade o estatuto de capital do reino (obedecendo a um modelo que nunca seria verdadeiramente abandonado, mesmo após a restauração), descrevendo apenas, os seus espaços e edifícios mais significativos, os relatos dos estrangeiros, apesar de reconhecerem as qualidades geográficas e esplendor de alguns dos pontos da cidade, elaboram uma crítica às suas características urbanas, apontando os defeitos de uma cidade que falece de um verdadeiro plano ordenador, apesar das grandes alterações havidas em período filipino, na restauração, ou no reinado de D. João V. Esses mesmos relatos mostram uma preferência pelas descrições do quotidiano (o que se revela também na iconografia, sobretudo a partir de meados do século XVII), revelando os hábitos da uma população (quer se tratasse da corte ou do povo) que se entretinha igualmente com representações teatrais, procissões, autos de fé, touradas ou festas reais, para as quais criava verdadeiros cenários urbanos. Esta preferência pela descrição do quotidiano acentuar-se-ia no século XVIII, dando origem a uma verdadeira literatura de viagens.

Notas

- 1 Empresa Nacional de Publicidade, 2.^a edição Ilustrada, Lisboa, 1958, p. 11.
- 2 *Descrição da Cidade de Lisboa*, tradução e notas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Coleção Cidade de Lisboa, nº 3, Lisboa, 1988.
- 3 Damião de Góis cita Varrão, Ptolomeu, Estrabão, Asclepiades Mirliano e André de Resende. A fundação atribuída a Ulisses estaria ligada a Oficiais régios, enquanto a igreja defendia a segunda opção.
- 4 D. João III mandara já para Itália em 1529 Duarte Coelho, com o mesmo fim, seguindo-se a Francisco de Holanda, Gonçalo Bayão, em 1547.
- 5 *DA FÁBRICA QUE FALECE À CIDADE DE LISBOA*, introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa, 1984, p. 11.
- 6 No original Fl 8v.
- 7 No original Fl 2v.
- 8 HERCULANO, Alexandre, “Viagem a Portugal dos Cavaleiros Tron e Lippomani”, in *Opusculos*, vol. IV, pp. 365 a 368.
- 9 *Do sítio de Lisboa. Dialogos*. Lisboa, Imprensa Régia, 1803, p. 119.
- 10 *Relaçam Geral das festas que fez a religião da Companhia de Jesus na Provincia de Portugal, na canonizaçao dos gloriosos Sancto Ignacio de Loyola... & S. Francisco Xavier... no ano de 1622*. Lisboa, 1622.
- 11 *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*. Lisboa, 1642.
- 12 *Corografia Portugueza, e descriçam topographica do reyno de Portugal*, III, Lisboa, 1712.
- 13 CUSATIS, Brunello, *O PORTUGAL DE SEISCENTOS na “Viagem de Pádua a Lisboa” de Domenico Laffi. Estudo Crítico*, Editorial Presença, Lisboa, 1998, pp. 58, 67 e 85.
- 14 «Descrição da cidade de Lisboa» in *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Biblioteca Nacional, Série “Portugal e os estrangeiros”, 2.^a edição, Lisboa, 1989, p. 44.
- 15 *Ibidem*, pp. 57, 59 e 44.
- 16 Pp. 216 e 217.
- 17 Falecido em 1712, João Antunes, autor de Santa Engrácia, representa a mudança de gosto para uma estética barroca, que se iniciara na arquitectura em finais de seiscentos.
- 18 «Descrição da cidade de Lisboa», *op. cit.*, pp. 265 e 266.
- 19 *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Fenda Edições, Lisboa, 1992, p. 32.
- 20 «Compreender a importância da Gaiola Pombalina, o sistema anti-sísmico mais avançado do século XVIII» in revista *Pedra e cal*, nº 11, Julho / Setembro 2001, p. 13. Stephen Tobriner é professor de História da Arquitectura do Departamento de Arquitectura da Universidade de Berkeley, na Califórnia. Está, actualmente, a fazer investigação sobre história da reconstrução após os maiores terremotos do século XVIII na Europa, e sobre a história da reconstrução de S. Francisco após os sismos que a cidade sofreu.